

Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: geopolítica, geoestratégia e importância para a Lusofonia

André Tavares Barbosa*

Introdução

O presente trabalho visa a apresentar, em linhas gerais, o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano e a sua importância e implicações para a lusofonia. Nesse sentido, inicia-se o estudo pela reanálise da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – em termos de paradigma, natureza, prioridades e desafios internos – pressuposto estritamente necessário para a criação do referido espaço. Em seguida, discorre-se sobre o espaço em si mesmo, com particular ênfase em sua importância geopolítica e geoestratégica. Por fim, pretende-se apresentar uma série de benefícios que decorreriam para os países e povos de língua portuguesa caso este espaço Afro-Ibero-Latino-Americano venha a materializar-se.

O pressuposto para a criação do espaço: a reanálise da CPLP

A criação de um espaço Afro-Ibero-Latino-Americano depende de uma reanálise da CPLP, a qual envolve uma clarificação de seu paradigma, de sua natureza, de sua prioridade e a superação de seus desafios internos.¹

* **Advogado, licenciado em Direito pela Universidade de São Paulo e mestrando em Relações Internacionais pela Universidade do Minho com o apoio do Programa AlBan - Programa de bolsas de alto nível da União Europeia para América Latina - bolsa nº E07M401021BR.**

¹ Tendo em vista que o trabalho cinge-se à perspectiva lusófona sobre a criação de tal espaço, deixaremos de considerar os pressupostos a serem preenchidos pelas entidades hispanófonas para a constituição de tal espaço.

A questão fulcral da CPLP – origem provável da maioria de seus problemas - prende-se com a definição do seu paradigma. Genericamente, podem-se se indicar três possíveis paradigmas: (i) "lusofonia" – entendida sinteticamente como espaço cultural em que a língua portuguesa é o denominador comum (Martins, 2004); (ii) o "lusotropicalismo" – conceito desenvolvido pelo sociólogo brasileiro, Gilberto Freyre, que ressalta a singularidade do resultado da miscigenação entre colonizador e conlonizados (Bárbara, 1999/2000); e (iii) a "lusofilia" – em que a preponderância caberia a Portugal, no papel de antigo colonizador, consistindo numa espécie de tentativa de recolonização/neocolonização, ou seja, de uma eventual recriação do adaptado às características do mundo actual (Tolentino, 2004).

A superação dos dilemas que a CPLP actualmente enfrenta (que em breve serão referidos) – e, conseqüentemente, o fortalecimento e sustentabilidade da organização a longo prazo – passam pela firme escolha do primeiro paradigma. Diferentemente dos outros dois paradigmas, a lusofonia assenta na língua portuguesa e não na colonização de Portugal, eliminando, desta forma, eventuais estigmas e ranços decorrentes da colonização (Santos, 2003)

Além disso, na medida em que a língua portuguesa é um elemento de equalização dos Estados Membros da CPLP, o primeiro paradigma acaba por valorizar o facto desta organização ser um projecto comum (logo, de responsabilidade partilhada), adoptado por Estados soberanos e independentes (fruto, portanto, da livre vontade política) (Tolentino, 2004). Com efeito, como recorda Boschi (2000), a CPLP supera a lógica "5+1" e o chamado "Espírito de Bissau" – que regiam as relações de cooperação entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e estavam impregnadas de uma lógica assistencialista e desigual – e os substitui por uma lógica igualitária ($1+1+1...=8$).

A afirmação da lusofonia enquanto força motriz da CPLP permite, por sua vez, definir mais precisamente a natureza da organização. Ou seja, se é uma comunidade político-cultural ou, então, uma comunidade económica. Sendo a língua portuguesa a pedra angular da lusofonia, a CPLP afirma-se, então, enquanto comunidade eminentemente político-cultural (Boschi, 2000). Esta ideia é reforçada pelos próprios objectivos gerais da CPLP, consubstanciados no art.3º de seus estatutos, em que o carácter político-cultural é muito mais enfatizado que o aspecto económico: (i) concertação político-diplomática para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais; (ii) cooperação económica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; (iii) materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Isto não impede o desenvolvimento de uma vertente económica na CPLP; significa, contudo, que a CPLP não é mais um projecto de integração económica, de criação de um mercado comum ou de uma área de livre comércio; significa, também, que o desenvolvimento de qualquer expressão económica no seio da organização é consequência de sua base político-cultural (Mourão, 2000; Tolentino, 2004; Pereira, 1999).

Desta forma, exime-se a organização de uma possível "culpa" pela falta de intensificação do relacionamento económico entre os Estados Membros da CPLP (Bárbara, 1999/2000). Mais ainda, permite reduzir as expectativas geradas em torno da CPLP (Santos, 2003) e, assim, atenuar, pelo menos parcialmente, as críticas generalizadas dirigidas à organização (Tolentino, 2004).

A reanálise ora em questão implica também na reconfiguração das prioridades da CPLP. Em virtude do exposto até agora, seria expectável que o objectivo de promoção e difusão da língua portuguesa fosse o mais destacado. Contudo, para efeitos de uma maior valorização geopolítica e geoestratégica da CPLP – pressuposto

necessário para a criação do referido espaço – deve-se enfatizar a concertação político-diplomática.

Em outras palavras, o papel desempenhado pela CPLP que deve ser enfatizado num eventual espaço Afro-Ibero-Latino-Americano é o de confluência de diversas organizações regionais, das quais seus Estados Membros fazem parte (Moco, 2000). Nomeadamente, entre Mercosul (integrada pelo Brasil), União Europeia (Portugal), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Angola e Moçambique), Comunidade Económica dos Países da África Central (Angola e São Tomé e Príncipe) e Comunidade Económica dos Estados de África do Oeste (Cabo Verde e Guiné Bissau).

A CPLP torna-se, assim, um fórum de potencialização de convergências e de administração de divergências, em que o português é o elemento unificador da inserção regional de cada Estado Membro (Mourão, 2000); e, ainda, em um “substrato operacional à formação de alianças estratégicas” (Boschi, 2000, p. 295).

Este processo de reanálise da CPLP a transforma de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa em uma Comunidade de Povos da Língua Portuguesa (Neves, 2000; Boschi, 2000). Não se trata de uma mudança meramente nominal, mas sim qualitativa. Ancorada na lusofonia (e, portanto, na língua) e tendo uma base eminentemente cultural, a CPLP não pode adoptar como critério de pertença os Estados, mas a língua portuguesa. Deve, pois, abrir-se àquelas comunidades e povos em que a identidade lusófona ainda permanece – mesmo que de forma residual. Tal seria o caso de Goa, Damão, Diu, Macau e também das comunidades lusófonas (brasileiras, cabo-verdianas, portuguesas, etc.) presentes em países não lusófonos, como Estados Unidos da América (EUA), Canadá, França, Alemanha, Suíça, Luxemburgo, África de Sul, dentre outros (Neves, 2000).

Definidos o paradigma, a natureza e a prioridade da CPLP, a tarefa de superação de seus desafios internos torna-se bastante facilitada. Isto porque a organização deixa de centrar-se em si mesma, assumindo como vocação a abertura à interacção com outros espaços regionais, sem, no entanto, desagregar-se, uma vez que a lusofonia consolida-se como unidade identitária. Além disso, a soberania, igualdade e liberdade políticas – valores nos quais se assenta a CPLP – estimula a criação de um contexto de *confidence building* entre seus Membros e refreia uma possível interferência nos relacionamentos regionais e/ou bilaterais dos mesmos.

Dentre os desafios a serem superados, destaca-se, inicialmente, o mútuo receio entre Portugal e os PALOPs. Com efeito, Portugal sempre manteve-se reticente em adoptar uma postura mais pró-activa relativamente à CPLP, com medo de, deixar transparecer uma atitude neocolonizadora, em que supostamente pretendesse manter sua singularidade enquanto diluía-se na Europa; por outro lado, os PALOPs nem sempre demonstraram entusiasmo com a CPLP justamente por temerem esta neocolonização por parte de Portugal (Santos, 2003).

Também os provincianismos de Brasil e Portugal tornam-se obstáculos superáveis. Por um lado, Portugal sofria de uma "europeíte aguda" (Neves, 2000, p.15), como que "por ser e para ser europeu, Portugal tivesse de deixar de ser luso e lusófono e como se não fosse a lusofonia o grande e específico peso de Portugal na balança da Europa e do Mundo" (Neves, 2000, p.11); por outro, o Brasil subvalorizava a CPLP por esta não lhe ser útil em sua afirmação como potência regional e potência global emergente (Neves, 2000). No entanto, a reanálise aqui realizada permite à CPLP encontrar seu nicho específico dentro da política externa de cada um dos dois países, sem prejudicar suas outras prioridades de agenda. Desta forma, Portugal, por um lado, pode investir na organização

sem colocar em risco sua opção europeia e o Brasil, por outro, não pode prescindir da CPLP no seu projecto de afirmação internacional ("sem Brasil não haverá lusofonia, mas sem lusofonia não haverá Brasil que valha a pena" – Neves, 2000, p.11).

Em suma, a CPLP deve ser uma comunidade aberta e dinâmica, em que a "identidade lusófona não pode significar isolamento, imutabilidade ou refúgio em situações ou defeitos atávicos" (Neves, 2000, p. 14) e, simultaneamente, una e coesa em termos identitários, em que "a lusofonia crítica e ecuménica aqui referida não só não exclui nenhuma das outras dimensões (espanhola, europeia, mercosulista, africana, asiática, mundial) como as implica e enriquece a todas e por todas pode e deve ser incluída e enriquecida" (Neves, 2000, p. 14).

Apenas assim a CPLP deixará de ser uma "mitideologia" (Neves, 2000) – ou seja, um misto entre mitologia e ideologia que quer remontar a um passado saudosista – para se tornar uma entidade de resultados práticos e benéficos para seus Membros e, em última análise, apta a dar seu contributo para o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano.

Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: considerações geopolíticas e geoestratégicas

Inicialmente, cumpre especificar o que se entende por espaço Afro-Ibero-Latino-Americano, bem como justificar a criação de um tal espaço e descrever, em linhas gerais, sua eventual constituição institucional.

Trata-se, essencialmente, do conjunto de países e comunidades lusófonos e hispanófonos, oriundos, portanto, da Península Ibérica (Espanha e Portugal), da América Latina (exceptuam-se os países anglófonos e francófonos das Caraíbas), da África (além dos PALOPs,

temos a Guiné Equatorial, de colonização espanhola)², da Oceania (Timor Leste) e da Ásia (Goa, Damão, Diu e Macau).

A associação entre países e povos lusófonos e hispanófonos, dada a proximidade linguística e até mesmo cultural entre a lusofonia e a hispanofonia (Neves, 2000), aliada a uma "unidade na dualidade" no âmbito da Península Ibérica, que vem marcando a actuação de Portugal e de Espanha no sistema internacional contemporâneo (Telo e Gómez, 2000), é considerada consequência natural desses factos.

Além disso, tal associação potencializaria o papel e o desempenho tanto de uma quanto de outra (sobretudo da lusofonia em África, como será referido mais adiante) em um contexto de choque – não mais de civilizações, como preconizava Samuel Huntington – mas sim de línguas. Fala-se, inclusive, em uma espécie "geopolítica da língua" ou "glotopolítica" (Palmeira, 2006).

Por fim, considera-se que, em termos institucionais, o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano não deverá ser constituído à semelhança de outras organizações internacionais – ou seja, dotado de inúmeras regras e órgãos; não se considera, igualmente, que tal espaço seja concorrente ou até mesmo excludente das entidades que actualmente representam a lusofonia (CPLP) e a hispanofonia (sobretudo, Secretaria Geral Ibero-Americana – SEGIB e Organização dos Estados Iberoamericanos – OEI).

Pelo contrário, advoga-se que o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano seja um ponto de confluência destas e de outras organizações, relativamente flexível e informal, e que vise primordialmente à concertação político-diplomática entre os países lusófonos e hispanófonos. Obviamente, algum grau de permanência será necessário, pelo que a criação de um Secretariado seria

² A Guiné Equatorial obteve sua independência de Espanha em 1968. Actualmente, tem status de observadora na CPLP e desenvolve estreitas ligações com os países de língua portuguesa, em especial os PALOPs, tendo, inclusive, manifestado interesse em adoptar o português como língua oficial – ao lado do espanhol e do francês (Agência Lusa, 2007).

adequada para coordenar e monitorar as iniciativas específicas a serem desenvolvidas no seio de cada organização incluída no âmbito desse espaço. Neste caso, as decisões de mais alto nível seriam tomadas no âmbito de Cúpulas a serem realizadas periodicamente e aquelas referentes a um determinado sector específico, no âmbito de reuniões ministeriais igualmente periódicas.

A breve definição do espaço, supra referida, já identifica suas duas características essenciais, determinantes para a sua importância geopolítica e geoestratégica, quais sejam: (i) carácter multicontinental; e (ii) carácter multioceânico. Com efeito, a hispanofonia e a lusofonia, juntas, estão presentes nos cinco continentes. Num contexto de globalização, ou seja, de intensificação das interacções intercontinentais (Keohane e Nye, 2004), em que o poder projecta-se em termos globais (Slaughter, 2004), fazer parte de um espaço multicontinental pode facilitar a actuação dos países de língua espanhola e portuguesa no sistema internacional contemporâneo, assim como atrair a atenção de outros Estados interessados em assumirem um papel de liderança desse sistema.

Além de presentes nos cinco continentes, a hispanofonia e a lusofonia marcam presença em uma grande quantidade de mares e oceanos. Desde o mar Mediterrâneo (Portugal e Espanha) ao Oceano Índico (Moçambique), passando pelo mar das Caraíbas (América Central), Oceano Atlântico – em suas vertentes Norte (Portugal) e Sul (Brasil, Guine Equatorial e PALOPs, com excepção de Moçambique) e, finalmente, pelo Oceano Pacífico (países hispanófonos sul e centro americanos, México e Timor).

Este carácter multioceânico do espaço Afro-Ibero-Latino Americano confere-lhe uma importância geopolítica e geoestratégica extremamente relevante, sobretudo por duas razões: (i) controle das principais rotas marítimas mundiais; (ii) domínio de pontos estratégicos em termos de acções militares e de defesa.

Quanto ao primeiro aspecto, refere-se, em primeiro lugar, o domínio do Atlântico Sul. Considerado como a porção do Oceano Atlântico situado abaixo da linha do Equador (Pereira, 1999), o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano controlaria suas vertentes oriental (África – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe) e ocidental (Brasil e Argentina) (Berbém, 2004). Ademais, dominaria o eixo Natal-Dakar, principal eixo de ligação entre as duas vertentes do Atlântico Sul, uma vez que a presença da Guiné Bissau, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe acarreta uma proeminência no controle do tráfego marítimo no Golfo da Guiné. A importância do Atlântico Sul decorre (i) de seu papel de principal rota de abastecimento dos países desenvolvidos (nomeadamente, Europa e EUA) de produtos agrícolas e matérias-primas oriundas da América do Sul e Central e de África austral e (ii) de ser ponto de passagem para outros oceanos – nomeadamente, para o Pacífico e para o Índico (Berbém, 2004; Pereira, 1999). Em segundo lugar, ainda no âmbito do Oceano Atlântico, destaca-se o controle de inúmeros elos de ligação com o Oceano Pacífico, nomeadamente os Estreito de Drake e de Magalhães e o Cabo Horn (Chile), o Canal do Panamá e o Estreito de Yucatán (México) (Berbém, 2004).

Além disso, o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano controlaria outros elos de ligação entre mares/oceanos, em especial: (i) o Estreito de Gibraltar (Espanha), porta de entrada para o Mar Mediterrâneo, a partir do Oceano Atlântico (Telo e Gómez, 2000); (ii) a transição entre o Oceano Atlântico e o Índico, na medida em que Angola e Moçambique são importantes postos de paragem e abastecimento nesta rota (Berbém, 2004); (iii) a transição entre o Oceano Pacífico e Índico, devido ao posicionamento estratégico de Timor

Quanto ao segundo aspecto, cumpre observar que as diversas ilhas e arquipélagos pertencentes à hispanofonia e à lusofonia

(Açores e Madeira, em Portugal; Canárias e Mallorca, na Espanha; Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em África; Fernando de Noronha, no Brasil, dentre outras) exercem um papel quer de "ferrolhos" ou de "sentinelas" – no sentido de defesa dos respectivos continentes (em especial do europeu) e de instrumentos em uma eventual acção militar intercontinental (Berbém, 2004; Pereira, 1999).

Neste contexto, destaca-se a existência de uma base militar dos EUA nos Açores (base das Lajes), vital para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) (Berbém, 2004). Recorda-se, também, que a ilha de Fernando de Noronha foi utilizada como base militar aliada, durante a 2ª Guerra Mundial (Pereira, 1999). Refere-se, ainda, que, em um eventual alargamento da NATO para o Atlântico Sul, São Tomé e Príncipe poderá a vir a exercer um papel estratégico (Berbém, 2004). E, por fim, menciona-se que o conjunto de arquipélagos que constitui a chamada "Macaronésia" – Cabo Verde, Madeira, Canárias e Açores – pode exercer papel preponderante na defesa do continente europeu (e também da África ocidental) de ameaças externas.

A importância geopolítica e geoestratégica do espaço Ibero-Afro-Americano é reforçada em virtude do potencial desses países em termos de recursos energéticos e minerais e de produção agrícola e industrial.³

Consoante dados da Comissão Económica da ONU para a América Latina e Caribe (CEPAL), as reservas petrolíferas da Iberoamérica (Península Ibérica mais América Latina) totalizavam,

³ Devido à óbvia inexistência de dados relativos ao espaço em questão, tentar-se-á, na medida do possível, conjugar dados de organizações e países individualmente considerados. Será dada maior importância aos dados da Secretaria Geral Ibero Americana (SEGIB) por esta organização congregar o maior número de países pertencentes ao espaço e porque os países mais relevantes em termos de produção agrícola e industrial do espaço se encontram quer na Península Ibérica, quer na América Latina.

em 2007, 9% do total mundial, correspondendo a mais de 116 biliões de barris (reservas provadas). A estas cifras devem ser somadas a recente descoberta de jazidas na Bacia de Santos, no Brasil – campos Tupi e Carioca – cujos potenciais podem chegar a 5-8 bilhões e 33 bilhões de barris (não contabilizados nos números acima apresentados) (Valor Económico, 2007); os 500 milhões de barris estimados para Timor Leste (Gomes e Teles, 2002), os 1,1 bilião de barris da Guiné Equatorial e os 8 bilhões de barris em Angola – reservam provadas (Guía Mundial de la Energía, 2007), além da recente descoberta de petróleo em São Tomé e Príncipe. A título de comparação, a Arábia Saudita – maior reserva petrolífera do mundo – possuía, em 2007, reservas provadas de 262 biliões de barris (Guía Mundial de la Energía, 2007).

Em termos de gás natural, a região ibero-americana detém 4% das reservas mundiais, num total de 196 biliões de pés cúbicos – aos quais devem ser somados os 3,4 biliões de pés cúbicos de reservas estimadas em Timor Leste (Gomes e Teles, 2002), bem como as reservas de Moçambique, Guiné Equatorial e Angola (4,5 biliões, 1,3 biliões e 1,62 biliões, respectivamente) (Guía Mundial de la Energía, 2007). Novamente a título exemplificativo, a Rússia – maior reserva de gás natural do mundo – possui um potencial de 1,68 triliões de pés cúbicos (Guía Mundial de la Energía, 2007).

Além disso, a região ibero-americana é responsável por 24,3% da produção mundial de cobre (em que o líder é o Chile), 19,9% da produção mundial de zinco e 15,4% da produção mundial de estanho (produtos em cuja produção a Bolívia ocupa as primeiras posições). Em termos de produção agrícola, a Iberoamérica respondeu por 12% da produção agrícola mundial de 2005, destacando-se a produção de soja (44,7% do total mundial), de frutas e vegetais (11,6% da produção mundial) e de milho (12,8% do total) (CEPAL, 2007).

Por fim, um último aspecto geopolítico e geoestratégico a se ressaltar do espaço Ibero-Afro-Latino-Americano é o seu papel de plataforma interinstitucional, ou seja, de local de interacção entre entidades regionais das quais os países lusófonos e hispanófonos fazem parte.

Esta característica já está presente na CPLP, como já fora referido neste trabalho. Contudo, a associação aos países hispanófonos amplifica esta peculiaridade, na medida em que torna disponível para a interacção diversas outras organizações – de carácter cultural, económico ou político. No âmbito político-cultural destacam-se a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e a Cultura, que conta com 23 Membros; a já mencionada SEGIB, com 22 Membros; a União Latina, que conta com 37 Membros – embora envolva países de língua francesa e italiana, os lusófonos e hispanófonos predominam; e, finalmente, a Organização dos Estados Americanos, que engloba todos os países do continente americano, com excepção de Cuba; no âmbito político-económico referem-se, dentre outros, a Comunidade Andina – projecto de integração económica que envolve Bolívia, Colômbia, Equador e Peru; o Mercado Comum Centro Americano (Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador); e a APEC (em virtude da participação do Chile, México e Peru) e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (por causa do México).

A importância para a lusofonia

A importância da associação dos povos lusófonos com os hispanófonos evidencia-se em dois níveis: (i) comunitário, ou seja, considerando-se a CPLP como um todo; (ii) individual, vale dizer, para cada Estado Membro da organização.

No primeiro nível, podem-se apontar três principais benefícios para a CPLP decorrentes da criação de um espaço Afro-Ibero-Latino-Americano, quais sejam: (i) superação de seus problemas internos; (ii) fortalecimento de sua diplomacia cultural face aos países anglófonos e francófonos, especialmente em África; (iii) "desatlantização" de sua actuação.

O primeiro benefício já fora referido no âmbito deste trabalho. A CPLP apenas pode projectar-se externamente de forma efectiva se internamente mostrar-se minimamente harmónica e coesa; o potencial geopolítico e geoestratégico de uma associação com os países de língua espanhola pode estimular a reorganização necessária da CPLP, a fim de que este pressuposto para a criação de um espaço Ibero-Afro-Latino-Americano seja mais rapidamente cumprido.

O segundo benefício prende-se com o facto de que, em África, os países de língua portuguesa vêm sendo ameaçados por uma política de expansão linguístico-cultural (Boschi, 2000, Palmeira, 2006) perpetrada pelos países anglófonos e francófonos. Neste contexto, em certa medida, insere-se a adesão de Moçambique à *Commonwealth* e da Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde à Organização Internacional da Francofonia (Palmeira, 2006).

Em virtude disso, a afirmação da língua portuguesa e da lusofonia tornam-se instrumentos de resistência a essa tentativa de dominação (Folgôa, 2002). Esta afirmação da língua portuguesa representa, portanto, um exercício de diplomacia cultural (Mourão, 2000) ou de glotopolítica (Palmeira, 2006). Exemplos históricos não faltam – sendo o último deles o de Timor Leste, em que o português foi adoptado como língua oficial, a despeito de apenas uma parcela reduzida da população o falar, por ter sido um dos principais elementos caracterizadores da resistência timorense face à ocupação indonésia. Isto porque a própria identidade lusófona, ao longo da História, assentou suas bases na luta e resistência contra a

dominação alheia (Santos, 2000). Assim ocorreu com os celtibéricos – personalizados na figura de Viriato – em relação ao Império Romano; com o condado portugalense – liderado por D. Afonso Henriques – face ao reino de Castela; e também com os líderes e heróis das independências das antigas colónias portuguesas – desde D. Pedro I, no Brasil (D. Pedro IV para Portugal), até Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, dentre outros.

O terceiro benefício relaciona-se com o facto de que, por razões geográficas, como era de se esperar, a CPLP centrou suas acções e prioridades estratégicas no Atlântico sul (Pereira, 1999; Berbém, 2004). A criação de um espaço Afro-Ibero-Latino-Americano introduz uma dimensão relacionada com o Oceano Pacífico na agenda de actuação da CPLP, permitindo-lhe expandir a sua presença e influência em termos globais e, igualmente, desenvolver novos projectos, iniciativas e oportunidades em termos políticos, culturais e até mesmo económicos.

O segundo nível dos benefícios para a lusofonia de uma concertação com a hispanofonia – qual seja, o dos países lusófonos individualmente considerados – consiste, na verdade, em um fortalecimento e impulsionamento das aspirações que os países de língua portuguesa já possuíam.

No caso de Portugal, representa a consolidação de uma política externa baseada na língua e no fortalecimento de seu papel de interlocutor com o mundo em desenvolvimento (América Latina e África, sobretudo) – traço distintivo de sua actuação no seio da União Europeia e principal fonte de suas vantagens comparativas em termos diplomáticos e geopolíticos dentro desta organização (Berbém, 2004; Pereira, 1999; Folgôa, 2002).

Para o Brasil, uma associação entre países lusófonos e hispanófonos poderia auxiliar na consolidação de seu papel de líder regional latino americano e de potência global em ascensão (Berbém,

2004; Pereira, 1999), na medida em que as suas aspirações dentro do sistema internacional – assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, ocupação de postos chave em organizações internacionais, etc. – poderiam vir a ser apoiadas por um maior número de países. O mesmo ocorre em relação a Angola, que poderia ver reforçado seu papel de eventual líder regional africano.

Para os PALOPs, por sua vez, a existência de um espaço Afro-Ibero-Latino-Americano potencializaria ainda mais o carácter distintivo que a participação na CPLP lhes traz na interacção com os blocos regionais a que pertencem, além de representar eventuais benefícios económicos (Folgôa, 2002), ao lhes abrir as portas de novos mercados (neste caso, dos países latino americanos de língua espanhola). Ademais, potencializaria a participação desses países no sistema internacional e, sobretudo, permitiria uma diversificação das fontes de ajuda ao desenvolvimento, hoje concentradas essencialmente em Portugal (Santos, 2003).

Por fim, Timor Leste – à semelhança dos PALOPs – poderia vir a ser mais ouvido no sistema internacional e, em consequência, fortalecer-se-ia em sua luta por manter a autonomia face à Indonésia e a Austrália.

Conclusão

Em suma, o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano é algo viável e adequado, em termos genéricos, e importante para os países lusófonos especificamente. Sua viabilidade está condicionada a dois factores: (i) à reconfiguração interna da CPLP, em termos de paradigma, natureza, prioridades e desafios; (ii) à obediência a uma lógica de compatibilidade – não excludente, relativamente flexível e informal – entre as diversas organizações envolvidas (desde as que representam a lusofonia e a hispanofonia até aquelas outras

entidades de que os Estados Membros destas organizações lusófonas e hispanófonas fazem parte), a fim de que o espaço possa exercer plenamente o seu papel de plataforma interinstitucional e de foro de concertação político-diplomática.

O espaço Afro-Ibero-Latino-Americano é também adequado ao actual contexto do sistema internacional, marcadamente interdependente. Como se pôde demonstrar neste trabalho, ao tentarem actuar conjuntamente no cenário político-diplomático internacional, os países lusófonos e hispanófonos tomam consciência de que, juntos, detêm um potencial geopolítico e geoestratégico inestimável.

Por fim, este espaço é benéfico para os países e povos de língua portuguesa porque, por diversas razões, lhes permite projectarem-se de maneira mais eficaz no sistema, valorizando-se mutuamente e potencializando suas aspirações nacionais, regionais e globais.

BIBLIOGRAFIA

Martins, Moisés de Lemos. 2004. "Lusofonia e Lusotropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários." Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. [<http://hdl.handle.net/1822/1075>] (acesso em 28 de Abril de 2008).

Agência Lusa. 2007. "Guiné Equatorial vai adotar língua portuguesa como oficial." 02 de Julho [<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=9074>] (acesso em 04 de Maio de 2008).

Bárbara, Américo Madeira. 1999/2000. "Dinâmicas e tendências da lusofonia." *Janus Online*. [http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_1999_2000_3_1_1_0_b.html] (acesso em 24 de Abril de 2008).

Berbém, António. 2004. "Geopolítica da segunda lusofonia." *Janus Online*. [http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_2.html] (acesso em 24 de Abril de 2008)

Boschi, Caio César. 2000. "CPLP: passado histórico, comunidade contemporânea." In Neves, Fernando Santos (org.). *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologia, ralidade e potencialidade*. Lisboa: Editora Universidade Lusófona.

CEPAL. 2007. *Espacios Iberoamericanos: comercio e inversión* [http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/30378/2007_SEGIB_Espanol_Completo_web.pdf] (acesso em 01 de maio de 2008).

Folgôa, Carla. 2002. "A projecção da lusofonia." *Janus Online*. [http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2002_3_2_18_b.html] (acesso em 24 de abril de 2008).

Gomes, Rui A.; Teles, Miguel Galvão. 2002. "O Timor Gap e a economia de Timor Leste." *Janus Online*. [http://www.janusonline.pt/2002/2002_2_19.html] (acesso em 02 de Maio de 2008).

Guía Mundial de la Energía. 2007. *Ranking año 2006 – reservas de gas*. [http://países.enerclub.es/ranking1/Reservas%20de%20gas--59/Energy%20Information%20Administration--50/billones%20de%20pies%20c%FABicos%20%28gas%20natural%29--ener_billPcub%28gn%29/2006/index.html#175--Timor%20Oriental] (acesso em 04 de maio de 2008).

Guía Mundial de la Energía. 2007. *Ranking año 2007 – reservas de petróleo*.

[http://países.enerclub.es/ranking1/Reservas%20de%20petr%F3leo-54/Energy%20Information%20Administration--51/miles%20de%20barriles%20%28reservas%20provadas%29--ener_milmibb%28proved%29/2007/index.html#7--Arabia%20Saud%ED] (acesso em 04 de maio de 2008).

Keohane, Robert; Nye Jr., Joseph. 2004. "Globalization: what's new? What's not? (So what?)". In Nye Jr., Joseph. *Power in the Global Information Age: from Realism to Globalization*. Londres: Routledge.

Moco, Marcelino. 2000. "A CPLP e os seus objectivos estratégicos." In Neves, Fernando Santos (org.). *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologia, ralidade e potencialidade*. Lisboa: Editora Universidade Lusófona.

Mourão, Fernando. 2000. "A CPLP: a base linguística e a base material." In Neves, Fernando Santos (org.). *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologia, ralidade e potencialidade*. Lisboa: Editora Universidade Lusófona.

Neves, Fernando Santos. 2000. "Para uma crítica da razão lusófona: 11 teses sobre a CPLP. In Neves, Fernando Santos (org.). *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologia, ralidade e potencialidade*. Lisboa: Editora Universidade Lusófona.

Palmeira, José. 2006. *O poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.

Pereira, Paulo Emanuel Maia. 1999. "Comunidade de Países de Língua Portuguesa: uma realidade geopolítica." Universidade Técnica Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Tese de Mestrado em Estratégia.
[<http://www.caecplp.org/biblioteca/COUNIDADE%20DE%20PAÍSES%20DE%20LÍNGUA%20PORTUGUESA,%20UMA%20REALIDADE%20GEOPOLÍTICA.pdf>] (acesso em 20 de Abril de 2008).

Santos, Luis António. 2003. "Portugal and the CPLP: heightened expectations, unfounded disillusion". In Lloyd-Jones, Stewart; Pinto, António Costa (eds.). *The last empire: 30 years of Portuguese decolonization*. Bristol: Intellect/Portuguese Journal of Social Science
[<http://hdl.handle.net/1822/3079>] (acesso em 24 de Abril de 2008).

Santos, Paulo Sargento dos. 2000. "Do espaço de portugalidade à identidade lusófona." In Neves, Fernando Santos (org.). *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologia, ralidade e potencialidade*. Lisboa: Editora Universidade Lusófona.

Slaughter, Anne-Marie. 2004. *A New World Order*. Princeton: Princeton University Press.

Telo, António José; Gómez, Hipólito de la Torre. 2000. *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*. Lisboa: Cosmos.

Tolentino, André Corsino. 2004. "A CPLP na encruzilhada." *Janus Online*. [http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_1.html] (acesso em 24 de Abril de 2008).

Valor Económico. 2008. "Diretor da ANP anuncia megacampo e cria confusão." 15 de abril. [<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=424051>] (acesso em 04 de maio de 2008).